

ARTIGO INTERNACIONAL

RUPTURA E PACTO SOCIAL EM PORTUGAL (1974-2012)

Raquel Varela¹

RESUMO: Neste artigo fazemos uma breve história das lutas políticas e das conquistas sociais em Portugal nas últimas quatro décadas. Argumentamos que o Pacto Social em Portugal – que a maioria dos autores situa no nascimento da concertação social em 1986 – nasceu de fato em 1975. Este Pacto Social foi simultaneamente uma cedência da burguesia portuguesa como forma de estabilizar a contrarrevolução democrática representativa em reação ao 25 de abril, mas foi também resultado dessa radicalidade social, econômica e política durante o período revolucionário. Será depois da crise de 1981-1984 que este Pacto Social inicia o seu fim, com a vitória paulatina das políticas neoliberais, que têm como eixo de gestão da perda de direitos a concertação social. Se o regime democrático-liberal se sustentou no Pacto Social, o fim deste abre uma nova etapa histórica, de que a crise de 2008 parece ser um marco fundamental.

PALAVRAS-CHAVE: Portugal. Crises econômicas. Conflitos políticos. Direitos sociais.

ABSTRACT: This article contains a brief history of the political battles and social conquests in Portugal during the last four decades. It is argued that the Portuguese Social Pact - which most authors place upon the birth of the social concertation, in 1986 - was actually started in 1975. Such Social Pact was simultaneously a concession from the Portuguese aristocracy as a way to settle

¹ Professora Dr^a de História Contemporânea, Honorary Fellow IISH (Amsterdam), Universidade Nova de Lisboa.

E-mail: Raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk – Revisora: Bruna Paiva de Oliveira

the representative democratic reactionary counter-revolution to April 25th, but it was also a result of such social, economic, and political radicality during the revolutionary period. It was after the 1981-1984 crisis that the Social Pact started ending, upon the gradual victory of neoliberal policies, whose axis was the management of the loss of social concertation rights. If the democratic-liberal regime was based on the Social Pact, its end represents the opening of a new historical stage, having the 2008 crisis as a cornerstone.

KEYWORDS: Portugal. Economic Crises. Political Conflicts. Social Rights.

“É preciso que tudo mude para que as coisas permaneçam iguais.” A frase, dita pelo personagem Tancredi Falconeri ao seu tio, o príncipe de Salina, no filme *O Leopardo*, de Luchino Visconti², generalizou-se e entrou no léxico comum neste decênio que inaugura o século XXI. Ela contém em si uma crítica do sistema capitalista – decadente e acossado, tal como o leopardo, extinto na Sicília na segunda metade do século XIX, na mesma altura em que se extenuava a aristocracia italiana perante o nascimento da Itália unificada, burguesa. Mas a crítica ao capitalismo que a frase hoje espelha pode representar também resignação perante a capacidade deste modo de produção de reformar-se, adaptar-se – um camaleão que sempre muda a cor da pele, quando não confrontado com mudanças radicais, como as que no século XX alteraram o poder das classes sociais, como nas revoluções vitoriosas.³

É sabido que a conquista do horário de trabalho das oito horas/diárias foi respondida com a intensificação do trabalho;

² Luchino Visconti, *O Leopardo* (1963). Adaptação do romance homónimo de Giuseppe Tomasi di Lampedusa.

³ ARCARY, Valério, *Esquinas Perigosas da História*. Situações Revolucionárias em Perspetiva Marxista, São Paulo: Xamã, 2004.

a consagração da educação pública generalizada veio, poucas décadas depois, acompanhada do embaratecimento da mão de obra qualificada; ao contrato coletivo de trabalho seguiu-se a institucionalização do Pacto Social; à conquista de impostos progressivos utilizados para fins públicos, o capital respondeu com as parcerias público-privadas. Por isso é justo pensar que nada muda, mesmo quando há mudanças.

É justo, porque a desilusão que muitos têm numa sociedade mais fraterna e igual existe *de fato*. Mas é errado historicamente. O Portugal de hoje é infinitamente mais justo, igual, culto, educado e civilizado do que o país de Oliveira Salazar, porque o Portugal de hoje é fruto da transformação mais radical das relações sociais que o país sofreu na contemporaneidade, a revolução de abril de 1974, e todas as políticas sociais que daí brotaram na sua plenitude – usamos aqui um conceito lato que inclui os direitos políticos, econômicos, sociais e culturais – e a sua universalização são marcadas por esse momento fundador, que determinou gerações de portugueses para quem saúde, educação, segurança social são um dado adquirido. E certamente que a maioria deles não imagina como é viver num país onde o atraso e o culto do atraso são a marca dominante.

O Estado de bem-estar social, ou seja, a assunção de que parte do rendimento dos trabalhadores não lhes é pago em salário direto, mas em salário indireto (ou salário social), sob a forma de bens e serviços públicos, gratuitos ou quase gratuitos e universais, nasceu, de forma generalizada, dos conflitos resultantes do processo revolucionário e é a partir dele que se pode olhar, retrospectivamente, para compreender a erosão progressiva destes direitos, erosão em alguns momentos diluviana, como depois da crise de 2008.

O Estado social português e a generalização, qualitativa e quantitativa, de direitos sociais foram tardios, como lembra Silva Leal⁴. Nasceram no exato momento em que em outros países

⁴ Leal, Silva António da. As Políticas Sociais no Portugal de hoje. In: *Análise Social*. Vol. XXI (87-88-89), 1985-(3^o,4^o,5^o), p. 925-943.

onde germinaram primeiro – como na França pós-1945 e na Inglaterra com o plano do conservador Beveridge, de 1942 – estavam a ser postos em causa com medidas recessivas para recuperar as taxas de valorização do capital reduzidas com a crise de 1973. Medrou aqui, na periferia da Europa, 30 anos depois. Mas nasceu, em parte, de causas idênticas àquelas que deram origem ao Estado de bem-estar na Europa Central e do Norte. Ou seja, nasceu da pressão do movimento operário e sindical, do temor das classes trabalhadoras, no fundo, como assinala Luís Graça, da “preocupação do próprio sistema econômico e político, preocupado pela industrialização (explosão demográfica, conflitos sociais e políticos, crises econômicas, etc.)”.⁵

A hipótese que ponderamos neste artigo é a de que os direitos sociais em Portugal foram conquistados durante os 19 meses de período revolucionário e consolidados na década seguinte – sob a forma de um Pacto Social *de facto* – e que a instabilidade política herdada da revolução e que perdurou 10 anos depois de 1975 foi essencial para a permanência desse pacto. A marca desta instabilidade está na crise governativa crônica que durará até à eleição de Aníbal Cavaco Silva. Este balanço de forças social modelou-se entre 1976 e 1985 e significou a impossibilidade real de pôr em causa o compromisso social, *institucionalizado ou não*,⁶ e na desconfiança entre a sociedade portuguesa com o projeto europeu. Em 1980, apenas 24,4% dos portugueses, de acordo com o Eurobarômetro, considerava a “adesão à CEE uma coisa boa”. Entre 1986 e 1990 esse número atingiu os 70%⁷. As políticas neoliberais em Portugal são, *grosso modo*, da segunda metade da década de 1980 e da década de 1990 – desregulamentação

⁵ Graça, L. *Evolução do sistema hospitalar: uma perspetiva sociológica*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Escola Nacional de Saúde Pública, Cadeira de Ciências Sociais e Humanas. Mimeog. (Textos, T 1238 a T 1242), 1996.

⁶ Barreto, José. Modalidades, condições e perspetivas de um pacto social. In: *Análise Social*, vol. XIV (53), 1978. 1º.

⁷ Pinto, António Costa, Teixeira, Nuno Severiano (Orgs). *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945-2000*, Lisboa, ICS, 2005, p. 42-43.

generalizada do mercado de trabalho, privatização de serviços e bens públicos, transferência de recursos públicos para o setor privado – e levarão uma década depois de 25 de abril de 1974 a começarem a ser sentidas em Portugal, embora algumas destas leis, com alcance minoritário, tenham sido publicadas em 1977.

Foi preciso uma situação peculiar – e esta é a hipótese analítica central que aqui propomos – para pôr fim às crises políticas herdadas da revolução, pela força social que o setor dos trabalhadores acumulou nesse período – e criar as condições sociais das maiorias absolutas dos governos conservadores de Cavaco Silva e da adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE). Ou seja, o neoliberalismo não foi o caminho “natural” e inevitável da sociedade portuguesa nas últimas três décadas, antes resultou da confluência de fatores econômicos com fatores políticos, em que estes últimos, ou seja, os fatores *subjetivos*, foram preponderantes.

A combinação de uma crise econômica com uma crise política em 1974-1975 deu origem à consagração do Estado social, e a crise econômica de 1981-1984, porque não foi acompanhada de uma crise política, consagrou a conjuntura que permitiu a fase neoliberal em Portugal. Tal como em 1974-1975, a vontade de tornar ingovernável o país foi determinante no curso da crise: em 1981 a aceitação do não questionamento do regime democrático-liberal foi qualitativa no desfecho da crise econômica.

A crise e a Revolução de abril (1973-1975). Nascem os direitos sociais com caráter universal em Portugal

“Quilômetros e quilômetros de povo. Povo alegre”. O historiador Medeiros Ferreira fala em 2 milhões de pessoas em todo o País a celebrar o 1º de maio de 1974, o primeiro legal dos últimos 48 anos, quase meio século de “noite”, para lembrar uma expressão de Victor Serge aplicada à Alemanha. O jornal *República* noticia: “O povo já não tem medo! Esta descoberta espantosa e comovente dominou ontem as gigantescas manifestações do 1º de maio, que assumiram proporções nacionais. Um ex-exilado

político vindo de França declarou-nos em lágrimas: ‘Diga ao seu jornal que isto foi mais belo e mais esplêndido do que a libertação de Paris, a que eu assisti’.”⁸

Há manifestações por todo o país: Lisboa, Porto, Setúbal, Barreiro, Beja, Faro, Leiria, Bragança. Redações de jornais, ordem dos advogados, professores, fábricas e empresas, músicos, cineastas, atores, todos assinam cartas de adesão às manifestações do 1º de maio. Em Lisboa há duas manifestações. A primeira, que terá reunido perto de meio milhão de pessoas, no estádio da FNAT⁹, rebatizado de Estádio 1º de maio, foi convocada pelos sindicatos, o Partido Comunista (PCP) e o Partido Socialista (PS). A segunda, o “1º de maio Vermelho” foi convocada pelo PCTP-MRPP¹⁰, maoísta, para a Praça do Rossio, e terá reunido, de acordo com o DN, 40 000 pessoas. Foi em todo o país um dia de grande “lição do povo”. Não é possível realmente dizer quantas pessoas participaram, mas se igualava a uma “multidão sem precedentes”.¹¹

“A política foi, em primeiro lugar, a arte de impedir as pessoas de se intrometerem naquilo que lhes diz respeito”,¹² escreveu o poeta francês Paul Valéry. O 25 de abril iniciou em Portugal um período em que a política foi exatamente o contrário, a arte de as pessoas se envolverem nas decisões que condicionam o seu dia a dia. O golpe militar de 25 de abril de 1974 abre portas à entrada em cena de milhões de trabalhadores, iniciando uma situação revolucionária em Portugal marcada pela luta contra a ditadura, lutas democráticas portanto. São as lutas pelas liberdades democráticas, o ódio à ditadura, que determinam a entrada em cena dos trabalhadores e setores intermédios da sociedade,

⁸ *República*, 2 de maio de 1974, p. 1.

⁹ Federação Nacional Alegria no Trabalho.

¹⁰ Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado PCTP/MRPP.

¹¹ *Diário de Notícias*, 3 de maio, p. 4.

¹² *La politique fût d'abord l'art d'empêcher les gens de se mêler de ce qui les regarde*. Paul Valéry, *TelQuel* (1941).

contra, aliás, às ordens da própria direção militar que tinha posto fim à ditadura, o MFA (Movimento das Forças Armadas). Nesse momento, embora não ainda legalmente consagrados, são socialmente garantidos os direitos de manifestação, reunião, associação, constituição de partidos políticos, direito à greve, ocupação de empresa, organização na empresa e organização sindical.

A partir de março de 1975, com a generalização da constituição de comissões de trabalhadores e de moradores (que designaremos genericamente por organismos de duplo poder¹³), o início da reforma agrária e o questionamento da propriedade privada – processo que se dá por ação dos trabalhadores, muitas vezes em luta contra os despedimentos ou a descapitalização e abandono de empresas e não por estratégia da sua direção política principal, o PCP –, a Revolução Portuguesa sofre um salto qualitativo, transformando-se numa situação revolucionária social, de tipo “soviético”, que em setembro de 1975, com a irradiação da dualidade de poderes nas forças armadas (comissões de soldados, etc.), pensamos, é já uma crise revolucionária, ou seja, o momento em que ou se dá o deslocamento do Estado ou um golpe contrarrevolucionário põe fim à crise do Estado. Com o golpe de 25 de novembro de 1975, a revolução sofre uma derrota e inicia-se um processo de contrarrevolução, assente na progressiva estabilização da democracia liberal representativa, como recorda o economista (já falecido) Sousa Franco.¹⁴

A combinação rara de alguns fatores levou à ocorrência da maior crise num Estado europeu desde a II Guerra Mundial:

¹³ Charles Tilly, lembrando a dificuldade que todos os processos revolucionários levantam à teorização de uma definição comum a estes momentos de transformação social e a variabilidade de fatores que caracterizam uma situação revolucionária, optou por utilizar como elemento central definidor das revoluções a existência de duplo poder (Tilly, Charles, *Las Revoluciones Europeas, 1492-1992*. Barcelona: Crítica, 1995, p. 26 e 27).

¹⁴ Franco, António de Sousa. A Economia. In: Reis, António (Coord.). *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

a derrota da guerra colonial, a crise econômica de 1973, uma sociedade desorganizada em que as classes trabalhadores e populares não tinham um veículo único de diálogo com o Estado (sindicatos ou partidos fortes), uma população operária, jovem, fortemente concentrada em dois lugares chave do país: as margens do estuário do Tejo e o Porto.

A maioria dos conflitos sociais da Revolução Portuguesa é protagonizada pelo operariado (19% do conflito laboral dá-se na indústria têxtil, 15% na maquinaria e fabricação de produtos metálicos, 9% na construção e obras públicas, 7% na indústria química e alimentação), em particular o operariado das grandes cinturas industriais (Porto, Lisboa e Setúbal), com particular destaque para Lisboa, distrito no qual ocorrem 43% dos conflitos laborais.¹⁵ Portanto, trata-se de conflitos que ocorrem majoritariamente no setor que produz valor diretamente, de uma classe operária relativamente jovem (a grande migração do campo para a cidade deu-se a partir do início da década de 1960) e concentrada geograficamente.

Até a Revolução Portuguesa não existe um sindicalismo de classe à escala nacional, mas apenas um embrião, marginal. É em 1970 que se forma o embrião da futura Intersindical, a partir de uma comissão que junta 11 sindicatos, cuja direção o PCP e seus aliados ganharam aos sindicatos nacionais. Esta estrutura manter-se-á minoritária no movimento sindical até ao golpe de 25 de abril de 1974 e, mesmo depois de iniciada a revolução, terá de competir com as comissões de trabalhadores como organização principal dos trabalhadores portugueses. Das 158 empresas que tiveram conflitos laborais entre 25 de abril de 1974 e 1º de junho de 1974, a instância de negociação dos conflitos foi, em 61 casos, a comissão de trabalhadores, em seis a comissão de empresa, em dez o sindicato nacional ou distrital.¹⁶

¹⁵ Muñoz, Duran. *Contención y Transgresión. Las Movilizations Sociales y el Estado en las Transiciones Española y Portuguesa*. Madrid: CPPC, 2000, p. 142.

¹⁶ *Ibidem*.

Politicamente, Portugal também não era uma sociedade enquadrada ou dirigida por partidos políticos. O PS tinha-se formado em 1973, mas era em 1974 apenas um pequeno partido, com quadros oriundos da pequena burguesia, quase todos no exílio, e o PCP, a maior organização política de Portugal e a única que tinha resistido efetivamente ao fascismo, mantendo no interior um setor importante de quadros clandestinos, muitos dos quais presos, era um partido de vanguarda, não teria mais de 2000 militantes.¹⁷ Uma parte deles eram assalariados rurais do Sul de Portugal.

Finalmente, os conflitos sociais da Revolução Portuguesa dão-se exatamente nos anos de maior transformação econômica e social do mundo ocidental desde o pós-guerra. O maio de 1968 inaugurou uma nova situação política mundial, marcada por dois fatores que não ocorriam, nos países centrais, desde a derrota do nazi-fascismo em 1945: a reentrada na arena política das classes trabalhadoras e o início do fim da hegemonia dos partidos comunistas fiéis à União Soviética.¹⁸ Valério Arcary escreve que pela primeira vez depois da guerra, situações pré-revolucionárias ou diretamente revolucionárias atingiram alguns países do centro do sistema mundial.¹⁹

É neste contexto que se dá a Revolução Portuguesa, país onde, *a contrário* das medidas recessivas da crise de 1973, se conquistam aumentos salariais. Contra a onda europeia de surgimento dos pactos sociais, o conflito entre patrões e trabalhadores torna Portugal o centro do mundo, ocupando à altura um lugar tão ou mais relevante que aquele que é hoje ocupado pela crise grega. Temia-se, então, como agora, um efeito disruptivo a nível europeu de um pequeno país situado na sua

¹⁷ Narciso, Raimundo. *Álvaro Cunhal e a Dissidência da Terceira Via*. Porto: Âmbar, 2007, p. 21-22.

¹⁸ Birke, Peter, Huttner, Bernd, Oy, Gottfried (HRSG.), *Alte Linke – Neue Linke? Die Sozialen Kämpfe der 1968er Jahre in der Diskussion*. Berlin: Karl Dietz Verlag, 2009.

¹⁹ Arcary, Valério, Op. cit..

periferia, como escreve Lémus a partir do estudo dos arquivos norte-americanos.²⁰

No estudo de Santos *et al*, nas primeiras cinco semanas depois de 25 de abril de 1974, há 97 greves e 15 ameaças de greve, mais do que ocorreu em cada um dos anos precedentes. A maioria das greves registam-se na indústria, 58, e em 35 destas greves verifica-se a ocupação da fábrica ou empresa. Em 4 regista-se o sequestro de pessoas e bens.²¹ As greves que se registam neste estudo são majoritariamente “selvagens”, decididas em assembleias democráticas de trabalhadores e dirigidas, na maior parte dos casos, pelas comissões (conselhos) de trabalhadores. A maioria das reivindicações destes conflitos são aumentos salariais, salário-mínimo, participação nos lucros da empresa, 13º e 14º mês, e, em 40% dos casos, controle sobre a empresa. O controle sobre a empresa no estudo de Santos *et al* refere-se à participação na gestão, publicidade dos vencimentos e saneamentos. Em quase 50% dos processos de luta estudados por Santos *et al* há exigência de saneamentos, ou seja, de destituição dos quadros das empresas, gestores e administradores afetos ao regime. Cristovam fez um estudo comparativo das reivindicações nas greves de 1979 – já depois do fim da revolução – e das greves em todo o período de 1974 e 1975 e chegou à conclusão de que em 1974-1975, entre 15% e 22,7% das reivindicações colocavam diretamente em causa os centros de poder das empresas, enquanto em 1979 só 3,7% das reivindicações se centravam sobre a gestão da empresa.²² Ainda mais: nas reivindicações salariais de 1974-1975, que eram 39,8% das reivindicações totais, há um caráter predominantemente igualitário: aumento salarial igual para todos, redução do leque salarial, constituição do salário-mínimo. Surgem ainda

²⁰ Lémus, Encarnación. *En Hamelin...La Transición Española más allá de la Frontera*. Oviedo: SeptemEdiciones, 2001.

²¹ Santos *et al*, Op. cit..

²² Cristovam, Maria Luísa. *Conflitos de Trabalho em 1979. Breve Análise Sociológica*. Lisboa: Ministério do Trabalho 1982, p. 74.

reivindicações novas, típicas de um período revolucionário, como trabalho igual, salário igual, abolição de privilégios na empresa.

Basta referir que mesmo tendo em conta a crescente cobertura da assistência social durante o Estado Novo (para responder à necessidade de reprodução da mão de obra mais especializada, que emigra do campo para a cidade para trabalhar na indústria), quer no que toca às reformas ou à saúde, anexadas de fato aos baixos salários e à situação de penúria dos trabalhadores, faziam até aqui de Portugal um país com índices de subdesenvolvimento. Como lembra o ex-ministro da Saúde, António Correia de Campos, em 1974, “a mortalidade infantil é uma vez e meia superior à de Itália, duas vezes e meia a da França e quase quatro vezes maior que as da Holanda e da Suécia; a mortalidade materna é o dobro da da França (...) a mortalidade por doenças infecciosas é 30% superior à de Itália (...) e três vezes e meia a da Holanda”; a esperança de média de vida está a 7 anos da Holanda.²³

Apesar do maior acesso à escola, feito nos anos de 1960, esta era até ao 25 de abril ainda uma escola elitista. Só quem “tinha dinheiro”, dizia-se nos meios populares, podia estudar e quase não existiam escolas nem professores em zonas rurais. Apesar da obrigatoriedade do ensino ser de 6 anos desde 1965, em 1974 cerca de 26% da população é analfabeta. A revolução muda tudo a uma velocidade surpreendente. Nas escolas alteram-se conteúdos programáticos, condições de trabalho para docentes e para pessoal não docente e condições de estudo para alunos. São criadas redes de transporte escolar; foram construídas novas escolas, cantinas e residências escolares, foram estipulados subsídios para alunos carenciados e houve a distribuição do leite escolar (entre outras medidas). A oferta curricular é uniformizada, deixando de haver os ramos de ensino liceal e ensinos técnicos comercial, industrial e agrícola. Em 1974-1975 reintroduz-se o carácter laico na educação; extinguem-se a Mocidade Portuguesa

²³ Campos, António Correia de, «Saúde Pública», In Barreto, António, Mónica, Maria Filomena (org.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 2000, p. 405.

e a Mocidade Portuguesa Feminina; acaba-se com a separação dos alunos em turmas por sexo.

Também no plano da gestão são introduzidas mudanças que só serão alteradas em 2008. Deixa de haver o cargo de diretor ou de reitor e os órgãos de gestão das escolas (Conselho Diretivo e Conselho Pedagógico) passam a ser democráticos, ou seja, passam a ser eleitos pelos seus pares, e no Conselho Pedagógico há representantes dos docentes, do pessoal não docente, dos alunos, dos pais e encarregados de educação e de outros elementos com intervenção na escola e/ou no processo educativo. São formadas as associações de pais e de encarregados de educação, associações de estudantes, sindicatos de professores e sindicatos de pessoal não docente (alguns integrados nos sindicatos da função pública). Esta gestão, muitas vezes culpabilizada pela ineficácia da gestão escolar pelos partidos da terceira via e da direita liberal, permite-nos compreender a dificuldade que foi introduzir as reformas neoliberais em Portugal durante os anos de 1980 e 1990 porque, uma vez aprovadas no governo, as reformas esbarravam de fato, embora de forma desigual de escola para escola, na força dos Conselhos Diretivos das escolas e das associações de pais. Também no ensino superior há alterações nos programas curriculares, assim como nas condições de acesso. As universidades passam a dispor de autonomia pedagógica, financeira e científica e os seus órgãos são também eleitos pelos seus pares, havendo órgãos em que há representação do pessoal docente, do pessoal não docente e do pessoal discente. O ensino é gratuito.

Uma das características dos conflitos do biênio de 1974-1975 é a sua radicalidade: são majoritariamente convocados em assembleias e plenários de trabalhadores. Na base da decisão da greve/conflito predomina a forma de organização basista e democrática, nas palavras de Marinús Pires de Lima, a “ação direta, de base e espontânea”.²⁴ É difícil saber qual o grau de

²⁴ Lima, Marinús Pires de. Transformações das Relações de Trabalho e Ação Operária nas Indústrias Navais (1974-1984). In: *Revista Crítica de*

espontaneidade porque outra característica de grande parte destas greves/conflitos é que são dirigidos pela extrema-esquerda (sobretudo os grupos maoístas, mas não exclusivamente). Esta é uma novidade face a períodos anteriores, onde os comunistas alinhados com a URSS dominavam os processos grevistas. Porém, desde o maio de 1968 deixa de existir essa hegemonia e isso é também visível no caso da Revolução Portuguesa. Referimos já a importância das reivindicações com caráter igualitário, havendo uma referência permanente ao aumento de salário igual para todos, redução do leque salarial, constituição do salário-mínimo nacional. Os conflitos resultam num ganho substancial de transferência de rendimentos do capital para o trabalho.²⁵

Até 1975, a dualidade de poderes, cuja consequência, a revolução democrática vitoriosa que foi simultaneamente uma revolução social derrotada, determinou o nascimento do pacto social em Portugal até à década de 1980, é, em grande medida reforçada no processo de controle operário, já depois de março de 1975, e que vai estar na base da consagração política da maioria dos direitos sociais (já não dos direitos políticos) que se sedimentam e regulam nos anos vindouros. O que muitos atribuem aos governos de Vasco Gonçalves é em grande medida conquistado pelos trabalhadores nas fábricas em desrespeito aos governos do mesmo Vasco Gonçalves.²⁶ Fátima Patriarca,²⁷ num estudo realizado sobre o controlo operário, dá dezenas de exemplos de comunicados e documentos das assembleias de fábrica e empresas onde se rejeita a batalha da produção e se defende o controlo operário, no sentido de uma medida de luta contra a exploração capitalista e como forma de o movimento

Ciências Sociais, n. 18-19-20, fevereiro de 1986, p. 541.

²⁵ Barreto, José, “Modalidades, condições e perspectivas de um pacto social”, In *Análise Social*, vol. XIV (53), 1978-1º, p. 93.

²⁶ Varela, Raquel, *História do PCP na Revolução dos Cravos*, Lisboa, Bertrand, 2011.

²⁷ Patriarca, Fátima. Controle Operário em Portugal (I). *Análise Social*, Vol. XII (3.º), 1976 (n.º 47), p. 765-816.

operário criar lideranças e consciência de classe para abolir o sistema de relações capitalistas. Na Sociedade Central de Cervejas, um grupo de trabalhadores apresenta um documento onde afirma que o controle operário é a “expressão do duplo poder que se opõe a outros interesses que ainda existem e que não são os da classe operária” e exigem a nacionalização da empresa, respondem unicamente perante o plenário da empresa e rejeitam medidas que têm “apenas como limite o grau de exploração, e não o poder dos capitalistas”.²⁸ Os trabalhadores da Sacor, no Norte, em maio de 1975, propõem a cedência do combustível e gás a empresas com problemas de ordem econômica onde houve fuga dos patrões (claramente um processo de controle operário, uma vez que a proposta é que a produção seja cedida gratuitamente) e defendem que o controle operário só terá significado se “levar a um aumento da sua consciência (dos trabalhadores), isto é, se lhes fizer ver cada vez mais claramente quais são os seus verdadeiros interesses e se a levar a pôr a questão fundamental: a conquista do poder”²⁹.

Não “conquistaram o poder”, mas é na explicação do processo interno destas lutas – seus métodos, suas reivindicações, suas organizações, suas direções – que está a análise dos resultados destas. O governo vê-se obrigado a atualizar o salário-mínimo (de 3300 escudos para 4000 escudos entre abril de 1974 e abril de 1975) e a aprovar medidas de contenção dos preços dos bens alimentares, isto depois de várias manifestações ao longo do mês de março de 1975 contra a “carestia de vida”. Em muitas fábricas e empresas, o governo é obrigado a intervir (em mais de 300 ao todo) para evitar despedimentos e descapitalização, conseguindo os trabalhadores que a fábrica mantenha a produção e os postos de trabalho, mas em muitas outras conseguem aumentos salariais, generalização do contrato coletivo, 13º mês, subsídio de Natal. Também conseguiu-se melhorias generalizadas a nível da previdência, assistência na maternidade, doença e

²⁸ Patriarca, Fátima, Op. cit..

²⁹ Ibidem.

invalidez. É neste período que os trabalhadores conseguem o subsídio de desemprego, generalização do direito à reforma e à segurança social; acesso generalizado a cuidados de saúde; direito ao divórcio civil para casamentos católicos; habitação social, controle do preço das rendas e de bens alimentares essenciais; nacionalização da banca e das seguradoras nacionais, reforma agrária, democratização da gestão do ensino secundário e superior. É preciso recordar, ainda neste período, que um dos mais básicos direitos é conquistado: o direito à autodeterminação dos povos de África colonizados por Portugal. Entre julho de 1974 e novembro de 1975 é oficialmente reconhecida a independência da Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola.

Crise sem revolução: o duplo mergulho de 1981-1984, a adesão à UE e o nascimento do pacto social em Portugal

O que é um pacto social? É, geralmente, um “acordo à escala nacional, negociado, periodicamente ou a título excecional, entre o movimento sindical, as organizações patronais e, eventualmente, o governo, com o objetivo de assegurar, durante determinado espaço de tempo ou em permanência, as condições de uma relativa paz social. O compromisso estabelece-se primordialmente em torno do controlo do movimento de salários e preços (...) Significa, pois, a aceitação pelas partes de determinada programação econômica e social, a cujos supostos benefícios se sacrificam certos interesses imediatos ou, possivelmente, até estratégicos”.³⁰

Pode ser escrito ou não, formal ou informal, existir de fato mesmo não estando consagrado – o que, a nosso ver, é a situação que existe entre 1975 e 1986, um pacto, com ganhos significativos para o trabalho, em troca da desistência, por parte das organizações sindicais e políticas representantes dos trabalhadores, da luta estratégica pelo poder, alterando a forma de propriedade.

³⁰ Barreto, José, Op. cit., p. 81.

Os pactos sociais surgem normalmente em épocas de conjunturas econômicas de crise, embora a crise não seja variável *suficiente* para determinar um pacto social. Devem existir outras, entre elas, a real capacidade de cedência, neste caso do elo mais forte, os empresários/patrões, ou seja, a capacidade de reformas dentro do sistema capitalista, que signifiquem algum tipo de ganhos para o elo economicamente mais fraco desta relação, o trabalho. Poderão sempre existir pactos sociais impostos, mas nesse caso sê-lo-ão na forma e não no conteúdo, porque só será um pacto se as organizações de trabalhadores abdicam de um conflito frontal em troca de algum tipo de conquista de direitos (ou garantia de não retrocesso de direitos).

Muitas das “conquistas de abril” só foram legalizadas nos anos vindouros, como referimos. É certo que depois do golpe de 25 de novembro de 1975, que põe fim à dualidade de poderes nas forças armadas, introduzem-se paulatinamente leis que são um recuo face a situação de fato do biênio 1974-1975, mas, traumatizadas por uma explosão social sem precedentes, um movimento operário forte, extremamente organizado, sindicatos grandes e influentes, as classes dominantes vão de facto criar as condições legais para a institucionalização de muitos daqueles direitos.

Não há, *a contrário* do veiculado pelo senso comum, um decréscimo linear dos conflitos sociais com a institucionalização e estabilização do regime democrático representativo, mas estes vão adquirir, paulatinamente, um carácter diferente, sobretudo no que toca às reivindicações, organização e suas direções. O número de greves, por exemplo, mantém-se muito elevado. Os dados apontam para um crescente número de greves que só diminuirá drasticamente no espaço de uma década, já depois da adesão de Portugal à então CEE, hoje União Europeia (UE). Entre 1976 e 1980, o número de greves situa-se entre 270 e 370, e em 1981, em pleno duplo mergulho da crise de 1981-1984, há um surto grevista que dispara para mais de 600 greves – e que corresponde à segunda intervenção do FMI em Portugal –, mantendo-se muito alto até 1984, com 525 greves registadas,

decrecendo depois lentamente até ter uma diminuição significativa só em 1987, com 213 greves³¹. Cristovam³²registra também um aumento do número médio de trabalhadores por greve (de 331, em 1977, para 885 em 1979) e um aumento do número médio de dias de trabalho perdidos por greve (de 1437, em 1977, para 1632 em 1979). É importante ainda destacar que neste período há crescimento econômico e em algumas fábricas aumento significativo do número de trabalhadores, entre elas na Lisnave.³³ É a CGTP que dirige a maioria das greves em Portugal neste período.

A mudança no tipo de greves e na organização vem, num aparente paradoxo, acompanhada da liberalização da lei da greve, bem menos restritiva que a lei que vigora no período revolucionário e que era uma lei claramente de resposta à onda de greves radicais desse período. Em 1977, entra em vigor a nova Lei da Greve: a novidade é que proíbe o *lock out*; retira-se da lei a proibição de greves políticas e de solidariedade, bem como a proibição de ocupar a empresa ou “desorganizar o processo produtivo”, e entre as empresas que estão obrigadas a serviços mínimos, desaparecem as instituições de crédito e industriais “indispensáveis para a defesa nacional”, mantendo-se os hospitais, correios, telecomunicações, bombeiros, abastecimento de águas, energia.

Por outro lado, importa sublinhar que a situação social estava longe de estar estabilizada política e socialmente. Entre

³¹ Anuário Estatístico de Portugal, Instituto Nacional de Estatística, vários anos; CGTP, Greves sectoriais, 1989-2008; DGEEP, Direção Geral de Estudos Estatísticas e Planeamento, Greves, 1986-2007, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social; Direção Geral da Administração Pública. Greves Gerais da Administração Pública 2007-2008.

³² Cristovam, Maria Luísa. *Conflitos de Trabalho em 1979. Breve Análise Sociológica*. Lisboa: Ministério do Trabalho 1982.

³³ Varela, Raquel, “A persistência do conflito industrial organizado. Greves em Portugal entre 1960 e 2008”. In *Mundos do Trabalho*, GT Mundos do Trabalho da Associação Nacional de História. V. 3, n. 6, segundo semestre de 2011, ISSN: 1984-9222.

1976 e 1983, o país vai ter nada mais, nada menos do que 10 governos, dois dos quais interinos e três de iniciativa presidencial. Era o resultado institucional de um país fortemente radicalizado (recordemos os quase 800 mil votos em 1976 em Otelo Saraiva de Carvalho), saído de uma revolução parcialmente vitoriosa que fazia entrar agora no vocabulário as “conquistas de abril”, “os direitos adquiridos”, em referência aos direitos conquistados. De tal forma que a tentativa de impor a concertação social em 1977³⁴ – cujos princípios estavam contra o pacto social porque estabeleceu por decreto-lei o limite de 15% para os aumentos salariais e a fixação de um cabaz de compras, entre outras medidas – é um desaire e o I Governo Constitucional cai. Como salienta José Barreto, “as relações entre o patronato e os trabalhadores ficaram, como é óbvio, profundamente marcadas pelas lutas políticas de 1974-1975, que haviam restabelecido um novo desequilíbrio na relação de forças patronato/trabalhadores, desta vez em proveito dos segundos”.³⁵

Porém, esta instabilidade política é marcada pela progressiva estabilização de centrais sindicais muito próximas do modelo europeu. Depois do fim da revolução é revogada a lei da unicidade sindical e surge uma nova central sindical, a UGT (União Geral dos Trabalhadores), ligada ao Partido Socialista e ao Partido Popular Democrático, cuja força maior se encontra nos bancários. As duas centrais sindicais rivalizam entre si na disputa de influência junto dos trabalhadores, mas a CGTP, ligada ao Partido Comunista, continua a ser a maior, com influência no operariado industrial, no setor de serviços e nos funcionários públicos. Em final de 1977, a CGTP mantém na sua esfera de influência 287 dos 360 sindicatos existentes em Portugal, entre eles a maioria dos sindicatos da indústria. Cabe à CGTP a luta pela conservação das “conquistas de abril”. Os direitos institucionalizados neste período cobrem todo o espectro: saúde, educação, direitos laborais, segurança social.

³⁴ Na mesma altura que em Espanha se negociavam os Pactos de Moncloa, com o apoio dos socialistas e comunistas (PSOE e PCE).

³⁵ BARRETO, José, *Op. cit.*, p. 94.

Em 1976 é aprovada a nova Constituição. Como refere o deputado António Filipe: “O amplo conjunto de direitos econômicos, sociais, políticos e culturais consagrados na Constituição de 1976 não tem paralelo em Constituições anteriores. Os direitos fundamentais foram inscritos na Parte I da Constituição, incluindo designadamente o princípio da igualdade, o acesso ao direito, ou o direito de resistência. O Título II, respeitante aos direitos, liberdades e garantias, consagra um vasto elenco de direitos, como o direito à vida e à integridade pessoal, a proibição da pena de morte, da tortura e de penas cruéis, infamantes ou desumanas; o direito à liberdade e à segurança; um amplo conjunto de garantias dos cidadãos em processo penal; a liberdade de expressão e informação; a liberdade de consciência de religião e de culto; a liberdade de criação cultural; o direito de reunião, manifestação e associação; os direitos de participação na vida pública, incluindo os direitos de sufrágio, de acesso a cargos públicos, de petição e de ação popular; os direitos liberdades e garantias dos trabalhadores, designadamente à segurança no emprego, à liberdade sindical e à greve.

Para além disso, a Constituição de 1976 consagra um amplo conjunto de direitos econômicos, sociais e culturais: “o direito ao trabalho, à segurança social, à saúde, à habitação, ao ambiente e qualidade de vida, à educação, à proteção na infância, na juventude, na deficiência, na terceira idade”.³⁶

O artigo 64 dita que todos os cidadãos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover. Esse direito efetiva-se através da criação de um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito. Como o próprio Ministério da Saúde reconhece, foi em 1974 que se “criaram as condições”³⁷ para o nascimento deste

³⁶ Filipe, António, “Nos 35 anos da Constituição de 1976”, Lisboa, 2 de abril de 2011 In:

< <http://blogs.parlamento.pt/apontamentos/archive/2011-04-03/134657.aspx>.>
Acesso em: 4 de junho de 2012.

³⁷ História do Serviço Nacional de Saúde, Ministério da Saúde. In: <http://www.portaldasaude.pt/portal/conteudos/a+saude+em+portugal/>

bem em 1979. Até o 25 de abril, os serviços médicos estavam a cargo da solidariedade da família, de instituições privadas ou dos serviços médico sociais das caixas de previdência, desiguais e de acesso muito restrito.

Em 1960, havia em Portugal 56 000 pensionistas, e em 2000, 2 milhões e meio.³⁸ Uma parte desta proteção social foi estendida ainda no período marcelista (1968-1973), mas a universalização é posterior ao 25 de abril. A previdência durante o Estado Novo – além de restrita, e de contemplar valores que não iam na maioria dos casos além da subsistência, era uma forma de acumulação de capital da burguesia estado novista, que em diferentes momentos dava lucro. Como escreveu Manuel de Lucena, “levar a Previdência a dar importantes ajudas ao desenvolvimento do capitalismo português e de certas empresas privadas também não parecia nada irracional”³⁹ ao Estado Novo.

Entre 1977 e 1981 o rendimento disponível real *per capita* registou um crescimento médio anual de 3,6% ao ano. Neste cálculo não entram só as remunerações do fator trabalho – que são mais elevadas em 1974-1975 (60%) do que em 1979 (45,9%) –, mas também outra fonte de rendimentos: “as transferências correntes do Estado, majoritariamente constituídas pelas rubricas “prestações sociais”, com 13,3% do total”⁴⁰.

Até 1981 há crescimento econômico, embora já em desaceleração. A Lisnave, por exemplo, aumentou o número de postos de trabalho até 1979. Porém, a situação muda radicalmente com a crise do início da década de 1980 e desta

[servico+nacional+de+saude/historia+do+sns/historiadosns.htm](#). Acesso em: 15 de maio de 2012.

³⁸ Barreto, António. Mudança Social em Portugal. In: Costa Pinto, António, *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Dom Quixote, 2004, p. 149.

³⁹ Lucena, Manuel de. Previdência, In Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (org.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 2000, p. 160.

⁴⁰ Lima, Ana Valadas de. O rendimento em Portugal ao longo da última década. In: *Análise Social*, vol. XXI, (87-88-89), 1985, (3º, 4º, 5º), p. 506, 507, 508.

vez com a incapacidade dos trabalhadores responderem com sucesso às medidas contra-cíclicas, as referidas medidas de “austeridade” que visavam reverter a queda da taxa de lucro. Em 1980, a taxa de crescimento do PIB é de 4,81%; em 1981 é de 1,26%; em 1984 é de -1,82%. Esta crise econômica, de alcance mundial, vai ter como resultado a expansão extraordinária do processo de deslocalização de empresas para países com mão de obra mais barata, nomeadamente para a Ásia. A pressão para a deslocalização, a crescente automação e a reestruturação das empresas vem dos grupos econômicos portugueses e da própria Comunidade Econômica Europeia (CEE), que negocia a redução drástica da produção⁴¹ em diversos setores, entre eles na siderurgia e na reparação naval; a isto junta-se a flexibilização das leis laborais impostas pela própria adesão do país à CEE (leis 201/83), as quais estavam associadas aos empréstimos do FMI (Fundo Monetário Internacional), que intervém no país na altura.

A estas medidas há uma resposta sindical concertada pela CGTP, com momentos de forte radicalização. O pico grevista de 1981 e 1982 dá-se neste preciso momento, quando está no poder o governo de direita da AD (Aliança Democrática).

No dia 12 de fevereiro de 1982, é convocada a primeira greve geral desde 1934. Desta vez, em protesto contra o primeiro governo de direita eleito depois da revolução, presidido por Francisco Pinto Balsemão. A reivindicação da greve é “fora o governo”. É um protesto convocado exclusivamente pela CGTP. A UGT não adere. Segundo dados sindicais, apresentados por Álvaro Arranja,⁴² terão aderido a esta greve um milhão e meio de trabalhadores. No dia 11 de maio do mesmo ano, a CGTP convoca uma nova greve geral em protesto contra a morte de dois operários, assassinados pela polícia, na cidade do Porto, no

⁴¹ Schmitt, Paul Mathias, Verdiani, Daniele, *Portugal e a Comunidade Económica Europeia*, Lisboa, IPE, 1979.

⁴² Arranja, Álvaro, *Greves Gerais de 1911 a 2008*. In Esquerda.net, 21 de maio de 2007. (http://www.esquerda.net/index.php?option=com_content&task=view&id=2879&Itemid=68). Acesso em: 10 de fevereiro de 2009.

Norte do país, durante as celebrações do 1º de maio.

Por outro lado, nestes processos de luta mudam as reivindicações: os dados já citados de Cristovam⁴³, por exemplo, apontam claramente para um decréscimo das reivindicações que questionam os centros de poder da empresa e destacam um aumento das reivindicações salariais. Outra reivindicação dominante neste período é a contratação coletiva. De acordo com o sociólogo Marinús Pires de Lima, estes anos pós-1975 são marcados pela progressiva institucionalização e implantação dos sindicatos das células partidárias na empresa, por um lado, e por outro pela crescente influência da CGTP, muito influenciada pelo Partido Comunista Português, por oposição às comissões de trabalhadores, que funcionavam como conselhos de fábrica que dominaram o período revolucionário. Lima caracteriza que na fase revolucionária predomina a ação direta, a ruptura, a iniciativa dos trabalhadores e a democracia de base, e na fase pós-1975 passa-se progressivamente a um período em que a CGTP se torna mais hegemônica, predomina a negociação, “as reivindicações são enquadradas no estudo dos problemas econômicos e financeiros das empresas, em ligação com a política global do Estado”.⁴⁴ Progressivamente, vão sendo criados organismos de concertação social a nível de algumas empresas. Também Alan Stoleroff identifica a tendência de ambas as centrais sindicais “dirigirem as suas reivindicações ao Estado em vez das empresas”⁴⁵.

A Lisnave jogará neste contexto um papel determinante. Desenvolve-se um conflito na empresa que vai durar anos, sendo o período mais crítico os anos entre 1982 e 1986. Trata-se de um conflito de características defensivas que visa em primeiro lugar a

⁴³ Cristovam, Maria Luísa, *Conflitos de Trabalho em 1979. Breve Análise Sociológica*, Lisboa: Ministério do Trabalho, 1982.

⁴⁴ Lima, Marinús Pires de, “Transformações das Relações de Trabalho e Ação Operária nas Indústrias Navais (1974-1984)”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 18-19-20, fevereiro de 1986, p. 541.

⁴⁵ Stoleroff, Alan, “Sindicalismo e Relações Industriais em Portugal”, In *Sociologia*, n. 4, 1988, p. 160.

conservação dos postos de trabalho. Lima afirma que “Na Lisnave, as estratégias de gestão social da mão de obra procuram responder às condições específicas da crise econômica: cerca de 2.700 reformas antecipadas, tentativa de suspensão dos contratos de trabalho, propostas de mais de 2.000 rescisões voluntárias de contrato de trabalho, despedimento coletivo de perto de 600 trabalhadores (...)”.⁴⁶ O golpe mais duro sobre estes operários vai ser a política de salários em atraso que a administração inicia para desmoralizar os trabalhadores. Fernando Figueira, operário da Lisnave nesta época, conta-nos em entrevista “que havia casos de famílias que mandaram as crianças para casa dos avós por já não terem como sustentar a educação e mesmo a sobrevivência dos filhos”.⁴⁷

Os trabalhadores vão responder com diferentes ações e vai-se desenrolar neste período uma acirrada disputa sindical dentro da Lisnave que opõe a tendência dirigida pela UDP (maoísta), que propunha ação direta e a permanência do modelo basista de discussão e ação entre os trabalhadores; uma tendência liderada pela CGTP, próxima do PCP, que defendia o controle da discussão e da informação para realizar negociações com a administração. E finalmente uma tendência da UGT (social democrata), que progressivamente vai ganhando espaço, de acordo com Marinús Pires de Lima, porque os trabalhadores viam nesta tendência uma maior proximidade com o poder, e por outro lado porque a militância real dos trabalhadores tende a diminuir neste período, acompanhando uma diminuição geral da mobilização dos trabalhadores no período pós-revolucionário.

Os trabalhadores da Lisnave ainda protagonizarão medidas radicais de luta, como o sequestro de diretores e administradores (setembro e outubro de 1982), bloqueio de navios; medidas estas que terão como resposta a ocupação policial do estaleiro,

⁴⁶ Lima, Marinús Pires de, “Transformações das Relações de Trabalho e Ação Operária nas Indústrias Navais (1974-1984)”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 18-19-20, fevereiro de 1986, p. 541.

⁴⁷ Entrevista realizada com Fernando Figueira, trabalhador da Lisnave Margueira, janeiro de 2009.

em 1983. Lutava-se contra a redução dos postos de trabalho e pelo pagamento dos salários em atraso, mas a sua capacidade de responder às medidas anticrise da administração tende a diminuir. Neste contexto, com grande surpresa face à anterior história de radicalidade da Lisnave, a UGT vai ganhar a maioria para a comissão de trabalhadores em 1986, pela primeira vez na história da Lisnave. Longe, porém, de ter garantido a viabilidade da Lisnave, a reestruturação e finalmente o quase desaparecimento da empresa dão-se a partir desta data de forma irreversível.

Será sob a negociação da comissão de trabalhadores dirigida pela UGT que se assinará, em 1986, o único acordo de empresa celebrado até aí em Portugal, que previa uma cláusula de paz social. Em troca de a administração regularizar os salários em atraso, são assinados os “Contratos Sociais” em que os trabalhadores se comprometiam a não fazer greves; renunciar às férias, em troca da construção de um superpetroleiro, construção que no fim acabou por ser cancelada. Após o acordo, são feitas de imediato 700 rescisões voluntárias com indenização. A partir desse ano não houve mais greves na Lisnave.

Em 1984, surge o Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS), um organismo tripartido onde estavam representados o governo, confederações patronais e sindicais, que visam arbitrar a luta de classes. A ideia era domesticar a força de trabalho numa época de crise que tinha sido acompanhada de agudização das tensões sociais. O governo, que exerce aqui um papel de até duvidosa legalidade constitucional, aparece como força neutra, com sérios riscos de corporativismo. Ao CPCS aderiu imediatamente a UGT, afeta aos sociais democratas e liberais. A CGTP, afeta ao PCP, começa por considerar o Conselho uma entidade “proto-fascista”, mas vai recuar nesta posição rapidamente e aderir a este em 1987.⁴⁸ De acordo com o sociólogo

⁴⁸ Stoleroff, Alan D. O Sindicalismo e o Estado Pós-1974: O neo-corporativismo e a luta de classes. In: *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*. Fragmentos, 1990, p. 138.

Hermes Augusto Costa,⁴⁹ a derrota dos operários da Lisnave, que se saldou no acordo de empresa, foi fundamental, do ponto de vista político, para instituir o Pacto Social em Portugal e levar a CGTP, depois da derrota da Lisnave a aderir ao CPCS.

Da “paz social” da década de 1990 ao recrudescimento dos conflitos: um pacto social efêmero?

A partir do final da década de 1980 somam-se derrotas e perdas estruturais, quer na legislação laboral, quer nos “direitos” conquistados. A 28 de março de 1988, é convocada a primeira greve geral contra as políticas neoliberais. Foi durante o I Governo constitucional de Mário Soares que se introduziram os contratos a prazo, mas é a partir dos Governos de Cavaco Silva que se generaliza a precariedade do emprego. Esta greve geral é convocada contra o “Pacote Laboral” que visava generalizar o trabalho precário. Desta vez, as duas principais centrais sindicais, CGTP e UGT, convocam a greve. Passar-se-ão 14 anos até que uma nova greve geral seja convocada.

Na revisão constitucional de 1989 foi eliminado o princípio da irreversibilidade das nacionalizações – não será mera coincidência a implosão do Bloco de Leste nesta altura –, concedendo ao governo poderes para reprivatizar as empresas nacionalizadas e abrir à internacionalização do capital, quer estrangeiro em Portugal, quer participações, ainda que menores, do capital português na banca e em fundos estrangeiros. Foi eliminada a referência constitucional à reforma agrária e a socialização dos meios de produção.

Também excluiu-se nesta revisão o princípio da gratuidade do Serviço Nacional de Saúde, que passou a ser “tendencialmente gratuito”. Já em 1990, segundo valores desses anos, os gastos privados em saúde *per capita* eram superiores ao esperado. Os gastos públicos representavam 61,7% da despesa total em

⁴⁹ Costa, Hermes Augusto. A Construção do Pacto Social em Portugal. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 39, maio de 1934, p. 119-146.

saúde, o que equivalia à percentagem mais baixa dos países da UE⁵⁰. Aquilo que se verifica, porém, é a transferência de recursos públicos, do SNS, para hospitais-empresas (através das parcerias público-privadas).

Há uma diminuição acentuada do número de greves a partir de 1993. Passa-se de quase 200 mil trabalhadores envolvidos em greve em 1992, no setor privado, para 30 mil em 1999, dez anos depois.⁵¹ Estes números não correspondem à realidade das greves, pois estão aquém dos números reais e deixam de fora o setor público. Mas há uma clara dinâmica de diminuição do número de greves durante os anos de 1990, o que se pode justificar à luz do crescimento econômico do país nessa fase, ligado às grandes obras públicas dos governos de Cavaco Silva e António Guterres (autoestradas, Expo 98, Ponte Vasco da Gama sobre o rio Tejo, etc.), mas também a um período, que atravessou toda a década de 1990, de ânimo da classe trabalhadora e de forte confiança na integração europeia como forma de resolver o relativo atraso econômico do país.

Durante este período de otimismo neoliberal consolidaram-se os processos de desregulamentação laboral: contratos a prazo, *part-time*, *outsourcing*, estágios não remunerados e a generalização dos chamados “recibos verdes” (em referência à cor do recibo que os trabalhadores “independentes” passam), em que os trabalhadores são de fato trabalhadores por conta de outrem que exercem uma profissão permanente, mas são pagos como se fossem tarefeiros, o que significa que pagam eles próprios a segurança social, só recebem pela tarefa e não têm subsídios de férias, de Natal, de desemprego, de maternidade, ou outro qualquer.

⁵⁰ Graça, L. (2000) - Evolução do Sistema Hospitalar: Uma Perspetiva Sociológica (VIII Parte). Portugal: O Sistema Técnico (Desde 1971), In: <http://www.ensp.unl.pt/lgraca/textos91.html>. Acesso em: 12 de maio de 2012.

⁵¹ *Anuário Estatístico de Portugal*, Instituto Nacional de Estatística, vários anos; CGTP, Greves sectoriais, 1989-2008; DGEEP, Direção Geral de Estudos Estatísticas e Planeamento, Greves, 1986-2007, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social; Direção Geral da Administração Pública. Greves Gerais da Administração Pública 2007-2008.

Há uma generalização crescente da precarização do trabalho. Os números não são unânimes, mas Garcia Pereira, em 2007, falava em mais de dois milhões para a força de trabalho contratada a prazo e destes mais de meio milhão a recibo verde.⁵² Em 2012, a OCDE pedia o corte na contratação coletiva. Segundo esta organização, “Portugal tem demasiados trabalhadores por conta de outrem a ganhar pelo contrato coletivo de trabalho”.⁵³

Ainda em 1989, foi aprovada a Lei de Bases do Ensino,⁵⁴ que estabelece o quadro de referência da reforma do sistema educativo. No Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de agosto, são definidos os planos curriculares dos ensinos básico e secundário, direcionados para moldar a força de trabalho para o novo quadro da CEE.⁵⁵ Esta lei abre as portas à transferência de recursos públicos para o sistema privado através de contratos de associação. Considera-se o ensino particular e cooperativo (artigo 55) como parte integrante da rede escola. É também contemplado neste diploma o ensino privado universitário, surgindo nesta época as primeiras escolas de ensino superior privadas. O financiamento do ensino superior foi alterado, introduzindo um valor a pagar pelos estudantes (propinas).

Mas neste caso, a reação social, liderada pelos estudantes, foi imensa. Estas medidas, apesar de aprovadas, chocavam com a resistência nas escolas e nas populações. A contestação começa contra a reestruturação dos cursos (que dividia os cursos superiores em ramo educativo e ramo científico), passa para a refutação da prova geral de acesso ao ensino superior, com manifestações de milhares de estudantes liceais nas ruas, e finalmente explode na resistência às propinas: três ministros

⁵² Pereira, Garcia. “O Assédio: causas e condicionantes”. Comunicação apresentada em novembro de 2007. In: <http://pascal.iseq.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/WP3.2008.pdf>. Acesso em: 14 de abril de 2011, p. 5.

⁵³ OCDE quer corte brutal nas contratação coletiva. In: Dinheiro Vivo, 21 de março de 2012. Acesso em: 4 de junho de 2012.

⁵⁴ Duarte, Sandra, Varela, Raquel, Op. cit..

⁵⁵ Ibidem.

da educação são obrigados a demitir-se, sem força social para governarem. Com avanços e recuos na luta estudantil, a partir do século XXI, as propinas conseguem ser impostas pelos governos, sendo o ano de 2005 o canto do cisne deste movimento estudantil, com a introdução, sem resistência, do Processo de Bolonha, que significou mais um passo na privatização do ensino superior. Estes estudantes ficaram conhecidos na sociedade portuguesa como “geração rasca”, depois de um famoso jornalista os ter assim chamado num editorial em 1994, do jornal *Público*, porque no meio de uma manifestação de milhares de estudantes em frente ao Parlamento, alguns despem-se e voltam-se de costas para este. Quase 20 anos depois, em 2011, esta geração volta às ruas de Portugal, organizando uma manifestação de trabalhadores jovens precários que reúne 300 mil pessoas e leva à queda de um governo acossado já pelas políticas pós-crise de 2008. Chamaram-lhe a manifestação da “geração à rasca”.

Entre 2007 e 2012, Portugal teve quatro greves gerais e várias greves destas da administração pública.⁵⁶ Este número é histórico, incomum. Independentemente da sua maior (como na greve geral de novembro de 2010) ou menor mobilização (como em março de 2012), este número expressa o desconforto na capacidade da sociedade portuguesa como um todo, nos moldes capitalistas, suportar as diferenças sociais que a atravessam: uma taxa real de desemprego de 23% (1 milhão e 300 mil desempregados), 35% dos quais jovens, dois milhões de pessoas a viverem abaixo do limiar de pobreza, quase meio milhão a receber o salário-mínimo, cujo valor líquido corresponde a 432 euros. E estima-se cerca de 300 mil a receber abaixo do ordenado mínimo em condição de subemprego. Esta crise, cujas medidas contracíclicas devastaram setores importantíssimos das classes trabalhadores e setores

⁵⁶ 30 de maio de 2007; 24 de novembro de 2010; 24 de novembro de 2011, 22 de março de 2012. Para detalhes sobre as greves gerais da administração pública, ver: A persistência do conflito industrial organizado. Greves em Portugal entre 1960 e 2008. In: *Mundos do Trabalho*. GT Mundos do Trabalho da Associação Nacional de História, vol. 3, n. 6, segundo semestre de 2011, ISSN: 1984-9222.

médios da sociedade, está provavelmente a destruir também as condições que permitiram estas medidas, ou seja, o pacto social. A erosão da base social que sustentou o regime democrático é evidente, o que não significa uma crise automática no próprio regime, mas muda porém as condições objetivas para essa crise ter lugar. Amável Alves, membro do PCP e da comissão executiva da CGTP, disse publicamente em 2004 que não negociar com a CGTP e os sindicatos pode ser muito pior para o patronato do que a negociação: “Há, no entanto, uma dúvida que flagela o patronato em Portugal (...) Receiam que os trabalhadores, sem contrato coletivo setorial que os protege, reivindiquem e lutem, empresa a empresa. Isto é, em vez de anular um conflito, arriscam-se a criar muitos”.⁵⁷

O fim deste modelo de gerir, sem conflitos estruturais, a relação entre o trabalho e o capital pode também ser o fim das condições políticas para o regime democrático representativo se sustentar. Dito de outra forma, está por provar que uma sociedade desenvolvida, escolarizada, urbanizada apoie um regime que pouco ou nada tem para dar-lhe. O Estado e o patronato português podem ter problemas, nos próximos anos, não com centrais sindicais fortes que lutem pelo não retrocesso das conquistas de abril, mas perante um país novo, em que o diálogo não é possível porque os mecanismos de comunicação foram destruídos. A nova geração, através de suas manifestações, tem dado provas de não aceitar o diálogo, e a que aceitou está hoje na reforma, ou no máximo a uma década da reforma. Ninguém sabe o que nos espera do ponto de vista das relações sociais em Portugal. Todos sabemos, porém, que é outro país, porque este que regulou a nossa existência nas últimas três décadas está hoje irreversivelmente modificado.

⁵⁷ Alves, Amável. A contratação coletiva, uma arma dos trabalhadores. In: *O Militante*. n. 273, nov./dez. de 2004.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. Portugal and the End of Ultra-Colonialism. In: *New Left Review*, 1/16, July-August, 1962.

Anuário Estatístico de Portugal. Instituto Nacional de Estatística, vários anos; CGTP, Greves sectoriais, 1989-2008; DGEEP, Direção Geral de Estudos Estatísticas e Planeamento, Greves, 1986-2007, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social; Direção Geral da Administração Pública. Greves Gerais da Administração Pública 2007-2008.

ARCARY, Valério. *Esquinas Perigosas da História*. Situações Revolucionárias em Perspetiva Marxista, São Paulo: Xamã, 2004.

ALVES, Amável. A contratação coletiva, uma arma dos trabalhadores. In: *O Militante*, n. 273, nov./dez. 2004.

ARRANJA, Álvaro. Greves Gerais de 1911 a 2008. In: *Esquerda.net*, 21 de maio de 2007. Disponível em: <http://www.esquerda.net/index.php?option=com_content&task=view&id=2879&Itemid=68> Acesso em 10 de fev. de 2009.

BEAUD, Michel. *História do Capitalismo*. Lisboa: Teorema, 1992.

BARRETO, José. Modalidades, condições e perspetivas de um pacto social. In: *Análise Social*, vol. XIV (53), 1978-1º, p. 81-106.

BARRETO, António. Mudança Social em Portugal. In: Costa Pinto, António. *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Dom Quixote, 2004, p. 137-162.

BIRKE, Peter; Huttner, Bernd; Oy, Gottfried (HRSG.), *Alte Linke – Neue Linke? Die SozialenKampfe der 1968er Jahre in der Diskussion*. Berlin: Karl DietzVerlag, 2009.

COGGIOLA, Osvaldo; Martins, José. *Dinâmicas da Globalização* (Mercado Mundial e Ciclos Económicos 1970-2005). São Paulo: Instituto Rosa Luxemburgo, 2006.

CAMPOS, António Correia de. Saúde Pública. In: Barreto, António, Mónica, Maria Filomena (Orgs.) *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000, p. 405-406.

COSTA, Hermes. A Construção do Pacto Social em Portugal. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 39, maio, 1994, p. 119-146.

CRISTOVAM, Maria Luísa. *Conflitos de Trabalho em 1979: Breve Análise Sociológica*. Lisboa: Ministério do Trabalho, 1982.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS.

DUARTE, Sandra; Varela, Raquel. “Paixão pela Educação”...Privada Educação e Terceira via em Portugal: da Revolução dos Cravos aos Nossos Dias. In: Peroni, Vera; Adrião, Theresa. *Educação e Terceira Via*. Campinas: Unicamp (para publicação).

FILIPE, António. Nos 35 anos da Constituição de 1976. Lisboa, 2 de abril de 2011. In: <<http://blogs.parlamento.pt/apontamentos/archive/2011-04-03/134657.aspx>>. Acesso em: 4 de junho de 2012.

FRANCO, António de Sousa. A Economia. In: Reis, António. (Coord.). *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 170-293.

GOLDNER, Loren. *Ubu Saved from Drowning: Class Struggle and Statist Containment in Portugal and Spain, 1974-1977*. Cambridge/MA: QueequegPublications, 2000.

GRAÇA, L. *Evolução do sistema hospitalar: uma perspetiva sociológica*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Escola Nacional de Saúde Pública, Cadeira de Ciências Sociais e Humanas, mimeog. (Textos, T 1238 a T 1242), 1996.

GRAÇA, L. *Evolução do Sistema Hospitalar: uma Perspetiva Sociológica* (VIII Parte). Portugal: O Sistema Técnico (Desde 1971), 2000. In: <http://www.ensp.unl.pt/lgraca/textos91.html>. Acesso em: 12 de maio de 2012.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasidi, *O Leopardo*, Editorial Teorema, 2007.

LEAL, Silva António da. As Políticas Sociais no Portugal de hoje. In: *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89), 1985-(3º,4º,5º), p. 925-943.

LEMUS, Encarnación. *En Hamelin...La Transición Española más allá de la Frontera*. Oviedo: SeptemEdiciones, 2001.

LIMA, Ana Valadas de. O rendimento em Portugal ao longo da última década. In: *Análise Social*, vol. XXI, (87-88-89), 1985- (3º, 4º, 5º), p. 499-526.

LIMA, Marinús Pires de. Transformações das Relações de Trabalho e Ação Operária nas Indústrias Navais (1974-1984). In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18-19-20, fevereiro de 1986, p. 537-546.

LUCENA, Manuel de. Previdência. In: Barreto, António, Mónica, Maria Filomena, *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Figueirinhas, 2000, p. 160.

MAMMARELLA, Giuseppe. *Historia de Europa Contemporánea desde 1945 hasta hoy*. Barcelona: Ariel, 1996. p. 312.

MARQUES, Oliveira. *A Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizontes, 1980.

MATEUS, Dalila Cabrita. *A PIDE-DGS e a Guerra Colonial*. Lisboa: Terramar, 2004.

MUÑOZ, Duran. *Contención y Transgresión. Las Movilizaciones Sociales y el Estado en las Transiciones Española y Portuguesa*. Madrid: CPPC, 2000.

NARCISO, Raimundo. *Álvaro Cunhal e a Dissidência da Terceira Via*. Porto: Âmbar, 2007.

PAÇO, António Simões do. *Entrevista com a República*. Lisboa: Guerra e Paz, 2010.

PATRIARCA, Fátima. Controle Operário em Portugal (I). *Análise Social*, Vol. XII (3.º), 1976 (n. 47), p. 765-816.

PEREIRA, Garcia. *O Assédio: causas e condicionantes*. Comunicação apresentada em novembro de 2007. In: < <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/WP3.2008.pdf>.>

PINTO, António Costa; Teixeira, Nuno Severiano (Orgs). *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945-2000*, Lisboa, ICS, 2005. *República*.

RIBEIRO, Ângelo. Direitos Humanos. In: Barreto, António, Mónica, Maria Filomena, *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000, p. 559-551.

RABY, David. *A Resistência Antifascista em Portugal 1941/74*. Lisboa: Salamandra, 1990.

ROSAS, Fernando. *Pensamento e Ação Política: Portugal Século XX (1890-1976)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

SANTOS, Maria de Lurdes; Lima, Marinús Pires de; Ferreira, Vítor Matias. *O 25 de abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1976, 3 volumes.

SCHMITTER, Philip. *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa: ICS, 1999: 226.

STOLEROFF, Alan. Sindicalismo e Relações Industriais em Portugal. In: *Sociologia*, n. 4, 1988, p 146-164.

STOLEROFF, Alan D. O Sindicalismo e o Estado Pós-1974: O neo-corporativismo e a luta de classes. In: *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*. Fragmentos, 1990.

STRATH, Bo, *The Politics of De-Industrialization*, London-NY-Sydney, Croom Helm, 1987.

Tavares, Maria Augusta. *Os Fios (In) Visíveis da Produção Capitalista*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

TILLY, Charles. *Las Revoluciones Europeas, 1492-1992*. Barcelona: Crítica, 1995.

VALÉRY, Paul. *TelQuel* (1941).

VARELA, Raquel. *A História do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand, 2011.

VARELA, Raquel. A persistência do conflito industrial organizado. Greves em Portugal entre 1960 e 2008. In: *Mundos do Trabalho*, GT Mundos do Trabalho da Associação Nacional de História, vol. 3, n. 6, segundo semestre de 2011. ISSN: 1984-9222.

VELDEN, Sjaak van der *et al.* (eds.). *Strikes Around The World, 1968-2005*. Amsterdam: Aksant, 2007.